

Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas

Alessandra Rudiger Matzenauer¹

Karine Shamash Szuchman²

Luis Artur Costa³

Thayna Miranda da Silva⁴

Vanessa Branco Cardoso⁵

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67191>

Resumo: O presente artigo apresenta uma definição do narrar e seu gesto que ultrapassa os esquadros do verbo e do humano, delimitando os conceitos de políticas narrativas e ecossistemas narrativos, nos/pelos quais (des)constituímos nossas territorialidades existenciais. Desde tal imanência entre narrar e viver se evidencia, então, o caráter inerentemente político da constituição de narrativas ao tramarem nossas modulações coletivas de afetações. A partir de tal perspectiva, o artigo define e afirma uma posicionalidade ético-estético-política especulativo-ficcional do narrar, apresentando pistas para orientar estas experimentações no campo das pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: narrativa; especulativo; ficção; coletivo; ético-estético-político.

Plotting politics of narrating: ethical-aesthetic clues for speculative research

¹ Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alessandra.matzenauer@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5600-550X>.

² Psicóloga. Mestra e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: karineszuchman@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3136-6366>.

³ Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Departamento de Psicologia Social e Institucional e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. E-mail: larturcosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6110-7512>.

⁴ Psicóloga. Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: thaynamirandas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9271-4016>.

⁵ Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: vanessabrancoc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2210-0515>.

Recebido em 31/03/2025, aceito para publicação em 13/10/2025.

Abstract: This article presents a definition of narration and its gesture, which surpasses the boundaries of the verb and the human, delineating the concepts of narrative politics and narrative ecosystems, in/through which we (de)constitute our existential territorialities. From this immanence between narrating and living, the inherently political nature of the constitution of narratives becomes evident, as they shape our collective modulations of affect. From this perspective, the article defines and affirms a speculative-fictional ethical-aesthetic-political positionality of narrating, presenting clues to guide these experiments in the field of academic research.

Keywords: narrative; speculative; fiction; collective; ethical-aesthetic-political.

Trazando políticas del narrar: pistas ético-estéticas para la investigación especulativa

Resumen: Este artículo presenta una definición de narración y su gesto que va más allá de las fronteras del verbo y de lo humano, delimitando los conceptos de políticas narrativas y ecosistemas narrativos, en/a través de los cuales (des)constituimos nuestras territorialidades existenciales. Desde tal immanencia entre narrar y vivir, entonces, se hace evidente el carácter inherentemente político de la constitución de las narrativas al tramar nuestras modulaciones colectivas de afectaciones. Desde esta perspectiva, el artículo define y afirma una posicionalidad ético-estética-política especulativa-ficticia del narrar, presentando pistas para guiar estos experimentos en el campo de la investigación académica.

Palabras clave: narrativa; especulativo; ficción; colectivo; ético-estético-político.

Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas

O narrar como gesto do mundo: ecossistemas narrativos e suas políticas

O mundo é uma trama de gestos-acontecimentos-narrativas em devir. Cada gesto conjura uma nova territorialidade sobre a anterior, reiterando-transformando a possibilidade de novos gestos porvir desde então. Como propõem Deleuze e Guattari (2013), o acontecimento não é um fato isolado, mas uma modulação intensiva que atravessa corpos,

territórios e temporalidades, instaurando novas possibilidades de existência. A formação de uma territorialidade é a constituição de composições, ritmos e modos existenciais em relação que constituem, também, um campo de possibilidades de surgimento de novas composições. Uma territorialidade, assim, tal como um tambor que marca um tempo, é a produção de um jogo possível, de um campo narrativo de possibilidades do narrar. Tal como em

Deleuze e Guattari (1996), o jogo aqui é compreendido como um agenciamento rizomático, uma composição de forças que não se fixa, mas sim se transforma/devém em cada novo gesto. Um jogo é um agenciamento de gestos que conjura uma territorialidade em suas possibilidades de ação-acontecimento, entendida aqui como a potência de um gesto que produz afetações no mundo, sempre em transformação a cada novo acontecimento-ação. Por sua vez, marca um instante de instauração de novas modulações que configura tendências, possibilidades, virtualidades e intempestivos. A ação-acontecimento desdobra o gesto como potência, como devir; enquanto o acontecimento-ação atualiza constantemente esta potência de criação de mundos possíveis.

Contar uma história. Cantar uma melodia. Construir um hábito. Erguer uma cidade. Escrever uma carta. Tecer um tecido. Bordar um pano. Fazer uma amizade. Cultivar plantas. Conjurar um rito. Compor com um ritmo. Sustentar uma conversa. Confluir uma dança. Cuidar de um coletivo. Perceber uma paisagem. Diagnosticar uma doença. Declarar o amor a alguém. Atar ou

romper uma relação. Nomear. Sentir-pensar o que não tem nome. Fechar ou abrir um sentido. Fazer ou desfazer um grupo. Constituir ou destituir um pertencimento. Uma floresta que emerge. Um clima que aquece. Um planeta que orbita em torno de uma estrela. Cada um, ao seu modo, é um gesto-acontecimento que delimita um campo de possibilidades de afetação, constituem um arranjo sensível que circunscreve possibilidades de afetar e ser afetado, possibilidades de narrar.

Um gesto não precisa de mãos, muito menos de mãos humanas, para ser gesto, do mesmo modo que uma narrativa não precisa de palavras para narrar. Aqui, um gesto não é determinado por uma intenção prévia, uma deliberação ou algo parecido, mas sim pelas intensidades que deste gesto se efetivam como efeito no mundo. A chuva que marca o final da tarde nos trópicos da América (Gonzalez, 1984). A agitação telúrica de um tremor de terra na noite de San Francisco. Um soco direto desferido no queixo de um antigo inimigo. Um pássaro que canta. Uma palavra é dita ao pé do ouvido. Uma árvore em sua silenciosa dança do crescimento. Uma cadeira vazia no meio de uma sala de estar. Cada uma

delas é uma descrição de um acontecimento e, como acontecimentos que são, afirmam perspectivas de relações possíveis junto ao mundo, delimitam tendências de novos acontecimentos. Proporcionam um campo de possibilidades de relações, afetações, percepções, pensamentos, comportamentos, cotidianos, etc. Produzem efeitos no mundo com suas existências-gestos-acontecimentos-narrares independentemente da presença ou ausência de intenções, pois, mesmo onde há intenções, existem antes, depois e para além destas, intensidades que insistem, duram e afirmam ao estabelecerem tramas de relações virtuais e atuais (Deleuze, 1988) que ultrapassam qualquer intenção com suas intensidades a reverberarem nas tramas relacionais-narrativas que nos constituem.

Afirmamos um gesto que é afeto, sensibilidade e pensamento. O mundo é um acontecimento. Todo acontecimento é um ato. Todo ato é um acontecimento. A multidão de atos-atores (Latour, 2012) tece a trama de acontecimentos à qual damos o nome de mundo. Uma composição polifônica que vai da pedra ao pão, passando pelo

solo, pelo trigo, pelo fungo e pela mão, são composições poéticas (ético-estético-políticas) de mundos possíveis aos quais especulamos entre agências humanas, vegetais, minerais, climáticas, microbióticas, sociotécnicas, virais, etc., que constituem corpos, enxames, bandos, cardumes, multidões, sociedades, enfim, ecossistemas em uma dança-jogo de conjurar territorialidades comuns: ecossistemas narrativos (Costa, 2022) que tramam planos de composições, coordenadas e imanência (Deleuze; Guattari, 2013) entre diferentes dimensões da produção, libido, comunicação e mais (Guattari, 1990). Tais ecossistemas-jogos-territorialidades narrativas delimitam-se e são delimitados, por sua vez, pela operação de diferentes políticas narrativas (Costa, 2021) a partir das quais modulam-se certas estilísticas coletivas do viver junto e suas paisagens existenciais

Ao modo da atmosfera ou do incômodo som da geladeira, ao qual já não escutávamos (por sua constância), mas que, mesmo assim, percebemos com imenso alívio o seu fim e, apenas então, finalmente nos tornamos sensíveis ao incômodo que nos assolava. Também nossa imersão nos ecossistemas narrativos pelos

quais narramos a nós mesmas, nossas histórias, nossos encontros etc., podemos perceber apenas quando finalmente conseguimos deslocá-los ou nos deslocarmos neles (Costa, 2022, p.105).

Se compreendemos que tanto um corpo quanto o universo não são passíveis de serem compreendidos simplesmente como substantivos (substâncias) ou adjetivos (formas), mas sim como um campo acontecimental-relacional de possibilidades de afetar e ser afetado (Espinosa, 1973; Deleuze, 2008; Whitehead, 1956) expresso em verbos-advérbios infinitivos e infinitesimais, logo concluímos que todo corpo-universo é uma composição de afetações atuais e virtuais, ou seja, uma composição de algumas territorialidades-jogos narrativos. Assim, por sua vez, todo narrar é a composição de possíveis corpos-universos (Costa, 2020).

Não tomamos a narrativa aqui como algo relacionado à "representação" do mundo, algo circunscrito às palavras e imagens "sobre" as coisas do mundo, pois concebemos os narrares como coisas-acontecimento do mundo em si

mesmas: verbais, imagéticas, corpóreas, afetivas, tecnológicas, urbanas, ecossistêmicas, etc., tramadas entre si. As narrativas são modulações heterogêneas que compõem cardumes de afetos, bandos de percepções possíveis, constituindo corpos coletivos, múltiplos e heterogêneos, de produções de sentido.

Logo percebemos que aqui tanto nós quanto nossas produções de conhecimento somos todos narrativos, constituindo-nos mutuamente a todo momento: o conhecer é parte dos modos de ser, pois estes e aqueles são, ambos, modulações de agências. Tal perspectiva se alia à ética cartográfica e sua imanência vida-pesquisa, sujeito-objeto, ser-saber, etc. Em meio a tantos ecossistemas narrativos, se perde a posição privilegiada do "externo", do "neutro", daquele que fala "sobre" algo, restando um inerente e imanente falar "com" até mesmo quando se pretende falar "sobre", pois, neste último caso, o que se operam são objetificações e transparências estigmatizantes (Glissant, 2021) "com" aqueles falados por nós desde posições de autoridade e, assim, são subalternizados na relação conosco.

Deste modo, toda relação de saber é uma relação de “saber com”, sendo distintas, no entanto, em suas modulações éticas que podem convidar para uma construção coletiva de múltiplas agências-narrares ou, por outro lado, impor narrativas únicas e objetificantes que anulam as agências-narrares das posições objetificadas desde a autoridade instituída político-onto-epistemicamente. Tanto o sujeito do cogito cartesiano quanto do exercício do juízo no entendimento kantiano aqui são, portanto, destituídos de sua âncora epistêmica para serem jogados à deriva em um oceânico experimento ético-estético-político de estilística trágica, uma vez que está pleno de opacidades que lhe conferem uma potência de errância intempestiva sempre a afirmar o colapso da pretensa consciência e intenção diante das intensidades da opacidade (Glissant, 2021). Com a destituição de tal âncora, se desfaz também a fantasia filiativa das purezas, origens, categorias absolutas, sujeitos transcendentais, entre outras ferramentas de subjetivação que sustentam os modos de existência moderno-coloniais (Grosfoguel, 2016).

Se as proposições (afirmações-expressões), para Deleuze (1975), têm quatro dimensões, sendo estas o referente (delimitação indutiva de coordenadas objetificantes que determinam localização, existência, qualidade), o significado (delimitação dedutiva de uma abstração definicional), o manifesto (transdutiva constituição em ato de uma perspectiva-posicionalidade) e o sentido (transdutiva-abdutiva efetuação-reverberação-produção de mundo), logo percebemos que enquanto a produção dos planos de coordenadas das ciências moderno-coloniais (Deleuze; Guattari, 1992), em sua busca por objetificação, dominação, previsão, controle, priorizam as duas primeiras dimensões da proposição e seu caráter referente-representacional (indutivo-dedutivo) que busca substantivar-simplificar-simetrizar o mundo, pacificar controvérsias em filiações comuns, homogeneizar-estabelecer objetos, as duas últimas dimensões da proposição, por sua vez, são aquelas operações transdutivas (Simondon, 2003) e abdutivas (Pierce, 1974) mais caras à nossa política narrativa especulativa e sua ético-estética ficcional (Costa,

2021). Uma ética focada não na interpretação, mas sim na composição, não na representação, mas sim na transformação, não na simplificação-homogeneização indutivo-dedutiva, mas sim na plural multiplicação-complexificação transdutivo-abdutiva (Costa, 2014). Deste modo, ainda que todo gesto-acontecimento-mundo seja narrativo, constituinte e constituído de/por políticas e ecossistemas narrativos, aqui estamos afirmando um gesto narrativo que se exercita ético-estético-politicamente na busca de um cultivo singular de um narrar especulativo-ficcional pelo qual buscamos acontecimentalizar (Foucault, 1990) o campo dos narrares possíveis, com o objetivo de transformar nosso mundo para além do que é imaginável no regime de sensibilidade-pensabilidade moderno-colonial. Desta forma, desde e através da escrita, que vamos tecendo junto às questões tramadas e destramadas com as políticas do narrar, nos propomos aqui a entrar neste jogo-gesto de se enlaçar na produção de uma ético-estético-política especulativo-ficcional do narrar.

Os avessos da escrita: tecer coletivos enlaçando afetações-experiências

Qual é o avesso da escrita? Enquanto escrevemos, traçamos também as linhas do avesso daquilo que vamos costurando. Como em um início de bordado, quem escreve não sabe, ainda, o que ao final vai formar naquele conjunto de palavras tramadas nas linhas do texto. Enquanto isso, enquanto se escreve, a vida está lá, sendo tecida sem pausas, como o palpitar do coração que não cessa de bater consonante e dissonante do piscar da barra ao final da última palavra digitada. Mas o que é possível se ver de uma escrita? Quantas mais são as linhas que seu avesso esconde e revela na trama da sua composição? O avesso não seria propriamente o “oculto”, o “outro” lado, mas sim aquilo que se faz presente na opacidade da palavra (Glissant, 2021). A agulha que fura o tecido segue atrás do rastro de seu fio por vir. Conectado de um buraco ao outro, o fio forma uma constelação de traços, deixando a marca sobre a superfície daquilo que jamais foi um ponto: um buraco não é uma ausência, mas tampouco a presença de um ponto, o furo é a fuga, uma relação de

ruptura e mudança que marca um novo campo de possibilidades para o tramar. Se de grão em grão a galinha enche o papo, de ponto em ponto a linha traça o bordado. Transpassar, transgredir uma superfície é ao mesmo tempo torná-la mais porosa-complexa e nos articularmos mais densamente com a mesma, ampliando nosso campo de relações possíveis. (Des)fazimento bem ao modo dos processos de (des)territorialização acionados pelas contranarrativas (Hartman, 2021; 2022) que tramam fugas nas formas dadas.

Apesar de alguns bordados se pautarem pelas linhas duras ao orientarem um caminho programado, aquele que prevê uma forma que já se sabe ao início, há tantas outras formas de bordar possíveis. Há quem zigue-zague-zeie sem se preocupar com a ordem, há quem se utilize de bastidores, gráficos, amostras. Nos bordados tradicionais, o avesso segue à risca a linha tracejada, reduzindo ao máximo os rastros de seus rodeios. Ao final de um trabalho, o que o olho vê, o que a mão toca? Se afirma a pretensa transparência transcendente das ciências, nega que a figura formada nas linhas duras é o resultado de uma complexa trama que ficou no avesso,

uma opacidade inerente e imanente a uma transparência sempre relativa (Glissant, 2021) na qual a constelação de furos e tramares são relações presentes que desfazem a fantasia do puramente transparente: sempre tem algo mais, um transbordar, um excedente, que passa pelo furo-fuga e retorna outro na forma-figura.

Na lógica das escritas-pesquisas hegemônicas da modernidade-colonialidade de uma academia que se quer limpa, previsível, calculável, branca, há uma fantasia do narrar como representação e não como tecitura de mundo. Para estas autoridades epistêmicas transcendentais, entra no clube do bordado somente quem já sabe todas as condições de possibilidade adequadas ao bordar, e de preferência, que se utilize das mesmas técnicas protocolarmente replicáveis. Como se deixassem de ser linhas, superfícies, mãos e furos por se pautarem em tais políticas narrativas.

A relação aqui proposta entre costura e escrita, bordado e pesquisa, busca evidenciar não apenas seu aspecto de tecitura enquanto arte plástica, mas, também, enquanto constituinte de dispositivos voltados para a formação e modulação de

coletivos. Assim, o narrar aqui evidencia uma vez mais seu ultrapassamento de uma dimensão representacional-simbólica e seu caráter expressivo plástico, para evidenciar suas múltiplas dimensões do artesanato que envolvem atores não humanos e humanos, vivos e não-vivos, na composição de distintas modulações de coletivos, os quais, na singularização da linguagem do bordar, podem também tensionar singularizações em seus modos de viverem juntos.

Nos grupos nos quais o bordado se intersecciona com saúde mental, arte e/ou educação, por exemplo, as bordadeiras costumam dar grande importância aos avessos. Experiências como as da oficina de bordado da GerAção POA, serviço da RAPS de Porto Alegre com foco em geração de trabalho e renda (Cardozo, 2022), da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro do mesmo município (Cappra, 2014; Gryscek, Neubarth, 2020), do coletivo Bordazul, que desenvolve práticas de cuidado em saúde a partir do bordado em Maceió, Alagoas (Pereira, 2019), e do projeto de arte e educação Mãos que Falam e Bordam, no qual um grupo de pessoas

surdas aprendem a artesanato do bordado enquanto discutem sobre a cultura afro-brasileira em Canavieiras - Bahia (Pereira, 2024), contam sobre fazer rede a partir de gestos coletivos e de composição, buscando complexificar e singularizar as tramas narrativas em um jogo de cooperação democratizante. Em todas essas rodas bordadeiras, mais vale a trama de relações que tece o avesso do que a arte final de autoria pretensamente individual. As suas participantes fazem questão de anunciar com quem aprenderam cada ponto e cada gesto, dando o tom inerentemente coletivo daquela arte e marcando os rastros deixados pelos fios, os quais são também aquele bordado, a despeito de qualquer arremate.

As *arpilleras*, técnica de costura popular criada por bordadeiras na Isla Negra, litoral do Chile, também tornam-se inspiração para a aposta metodológica deste trabalho na ética ficcional-cartográfica, apontando um caminho possível para uma política do narrar que busca não a ideia de uma representação idealizada (referentes e significados transparentes), mas sim um trabalho composto por criações entre rasgos e resistências

(transdutivo-abdutivos). Inicialmente usadas por mulheres como forma de subsistência, as *arpilleras* se tornaram uma verdadeira arma ético-estético-política contra as violências da ditadura Pinochet. De técnica têxtil à ferramenta política, as mulheres passaram a denunciar, através do bordado com retalhos de panos, os abusos do governo e os nomes dos desaparecidos políticos em uma fuga contra-narrativa diante da tentativa do regime de representar a si mesmo como total transparência (Glissant, 2021). Dobrando fronteiras e lutas, a técnica foi aprendida pela cantora e folclorista Violeta Parra e, no Brasil, as *arpilleras* inspiraram um coletivo de mulheres do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, tornando-se ferramenta de educação popular para acolhimento e organização de lutas socioambientais (Nicolav, 2023).

Ainda que não haja várias pessoas sentadas em roda bordando juntas, a narrativa bordadeira segue sendo coletiva, como no caso de Arthur Bispo do Rosário, homem negro, pobre, nordestino e *manicolonizado*, que passou pelo menos sete anos isolado na Colônia Juliano Moreira no Rio de Janeiro. Suas companhias foram

fragmentos de tecido, agulhas e linhas azuis desfiadas dos uniformes dos internos, material com que Bispo bordava as palavras que precisava – em uma de suas obras, ele escreve “eu preciso destas palavras escrita” (Nascimento, Lima Neto, Nóbrega, 2022). Como dizer que o avesso do que a arte, os gestos e o corpo de Bispo do Rosario narram não está tramado nas relações com tantos outros sujeitos negros e pobres que foram e seguem sendo alvo das violências *manic Coloniais* (Gomes, 2019; David, 2022; 2024)? Como dizer que o que narram está tramado somente a essas relações e não a tudo aquilo que complexifica o que trama Bispo à amplitude relacional da existência? Bispo contranarrar as uniformidades *manic Coloniais* e seus estigmas que lhe fincaram no confinamento ao desfazer as antigas roupas dos internos em mantos sagrados com os quais fez um inventário do mundo, fazendo furos-fugas nos aprisionamentos que lhe narravam *manic Colonialmente* mesmo sem poder sair além dos muros da instituição asilar. Se lhe narravam pelas tecnologias disciplinares (Foucault, 2008), pelas práticas de prender em porões de tumbeiros (Ferdinand, 2022),

pelas necropolíticas de ampla negação da vida (Mbembe, 2017), ele, por sua vez, re-existia tensionando o possível pela especulação com agulha e linha, transpassando DSMs, CIDs, estigmas e até mesmo muros, se pensarmos na vida a reverberar em suas obras que seguem a lhe narrar para além da instituição *manicolonial*.

Gesto de narrar tão pessoal quanto político, tão íntimo quanto coletivo, tal como as obras cerzidas pela artista Rosana Paulino (2009) em seu gesto de costurar memórias contranarrativas diante da neurose cultural brasileira (Gonzales, 1984) e sua dupla face de misoginia e racismo. Em "Parede da memória", criado em 1994, fotos de familiares se tornam patuás delicadamente emoldurados por uma costura, formando uma constelação de referências que auxiliam a guiar os rumos pelos quais Rosana Paulino narra a si mesma. Em "Bastidores", obra de 1997, fotos de mulheres negras em uma composição que recorda as fotos elaboradas como provas ou testemunhos. Costuras rasuram bocas e olhos, em uma ação que nos remete ao ato de calar, invisibilizar, violências outras também muito vividas por estas mulheres. As

obras presentificam mulheres vitimadas pelas violências de gênero e raça tão presentes em nosso país. A agulha e a linha perdem o caráter delicado usualmente presente na prática do bordado, adquirindo uma pesada densidade. O bastidor redondo que sustenta as fotos impressas em tecidos pode ser uma referência ao objeto utilizado para o bordado que permite acompanhar os dois lados do tecido. O avesso e a superfície sobre a qual se borda a figura desejada. Trazendo um objeto e prática em geral associados ao "feminino" para fazer ver a violência que perpassa esses cotidianos: o avesso de uma figuração "na estética tradicional do bordado, o verso 'denuncia' a boa bordadeira, pois deve ser tão bem acabado quanto o lado da frente do bordado" (Alves; Silveira, 2018, p.159). O bordado em seu avesso também é o espaço coletivo de encontro entre mulheres bordadeiras e pode, assim, operar como território de compartilhamento e deslocamento narrativo diante das políticas narrativas patriarcais e seus ecossistemas opressivos de gênero. Nas palavras da própria artista:

Dentro desse pensar, faz parte do meu fazer artístico

apropriar-me de objetos do cotidiano ou elementos pouco valorizados para produzir meus trabalhos. Objetos banais, sem importância. Utilizar-me de objetos do domínio quase exclusivo das mulheres. Utilizar-me de tecidos e linhas. Linhas que modificam o sentido, costurando novos significados, transformando um objeto banal, ridículo, alterando-o, tornando-o um elemento de violência, de repressão. O fio que torce, puxa, modifica o formato do rosto, produzindo bocas que não gritam, dando nós na garganta. Olhos costurados, fechados para o mundo e, principalmente, para sua condição no mundo (Paulino, 2009).

O fio que tece suas obras traz narrativas vivas que emaranham os fios do pessoal e do político de modo nítido e preciso. Os relatos compartilhados em uma família (Paredes da Memória) fazem um exercício de memória para além de uma nação, mas também as narrativas que transpassam as vidas íntimas das mulheres negras em nossos territórios se fazem ato político coletivo (Bastidores). Assim como um delicado trabalho de conjugação de imagens diversas evidencia, denuncia e subverte certas políticas narrativas racistas-misóginas hegemônicas em nossos ecossistemas narrativos: ao constituir as obras *A Permanência da*

Estrutura (2017), *O progresso das nações* (2017), *O Amor pela Ciência* (2018), *Atlântico Vermelho* (2017), *Musa Paradisiaca* (2018-2022), *Paraíso Tropical* (2020), (de)enuncia com nitidez e contundência o complexo e heterogêneo emaranhamento de narrares, para além das pretensas divisões do espaço-tempo, que produzem os duros arranjos das políticas narrativas que seguem reiterando os estigmas das imagens de controle (Bueno, 2020), entrelaçando ciência, polícia, mercado e muito mais desde uma perspectiva moderno-colonial.

Deste modo, Rosana Paulino, assim como Arthur Bispo do Rosário, destece as uniformidades tramadas em nossas memórias e sensibilidades-pensabilidades das políticas narrativas e seus ecossistemas simbólico-libidinais moderno-coloniais para, então, tecer outros narrares possíveis em uma ética da especulação que visa estranhar a norma e ultrapassar os limites do imaginável. Tal tensionamento de nossas possibilidades de imaginar opera para romper com as formas que fixam estigmas ao atribuírem personagens e enredos estereotipados, simplificados,

subalternizados para boa parte da população em prol da manutenção de uma política narrativa única que estabelece um centro e delimita pela negação narcísico-paranoide de si tudo que está jogado para suas margens.

Do mesmo modo que tais tessituras contranarrativas (Hartman, 2021; 2022) compõem coletivos que escapam às dinâmicas normalizantes da modernidade-colonialidade e *manicolonialidade*, por outro lado, muitas vezes o plano da artesanagem narrativa toma como obra principal a produção de um coletivo contranarrativo que possa, por sua vez, elaborar outras tecituras expressivas para além daquelas instituídas nos cânones das narrativas filiativas (Glissant, 2021) únicas (Adichie, 2019). O Quilombismo, enquanto arte da composição de coletivos, foi evidenciado nas obras de Abdias do Nascimento (2002) e Beatriz Nascimento (2022). Se recordarmos que aqui, como na oralitura de Leda Maria Martins (2021), os narrares não estão circunscritos aos verbos e imagens, mas são também feitos de matéria, afetos, corpos, relevo, clima e muito mais, se torna nítida a ação de elaboração de um arranjo afetivo-

político que delimita a modulação de territorialização de um coletivo que passou a se denominar de quilombismo. Pensado a partir das experimentações políticas de resistência à colonização e escravização dos quilombos, a soma do sufixo ismo evidencia que estamos indo além destas importantes marcas na história amefricana: aqui se trata da constituição de uma linha de variação pela qual delimitamos uma modulação política singular dos processos de territorialização de coletivos em contranarrativa aos modos hegemônicos de arranjar agrupamentos sociais em nosso mundo moderno-colonial.

O processo de construção de coletivos afrocentrados baseados em práticas políticas complexas de acolhimento, apoio mútuo, invenção social e criação artística, possibilitou a emergência em nosso território dos terreiros, das escolas de samba, dos congados e muitas outras composições artístico-políticas de coletivos, como reterritorializações das territorialidades africanas em conversa com as novas territorialidades encontradas na América (Nascimento, 2002; Sodré, 2019; Martins, 2021). Arte, política, religiosidade e produção de

conhecimento se mostram aqui imanentes e inerentes a tais políticas narrativas do quilombismo em sua clínico-micropolítica afetiva da produção de coletivos. Da obra (bordado) ao coletivo ou do coletivo como obra, vemos distintas variações que se atravessam na busca por afirmar políticas narrativas que descolonizem nossos ecossistemas (Ferdinand, 2022) em uma implicação profunda (Ferreira da Silva, 2019) que transversaliza as ditas “disciplinas” ou “meios expressivos” do ocidente em um emaranhado complexo de narrares múltiplos que envolvem verbos, números, corpos, objetos técnicos, entidades, solo, rios, montanhas, plantas, insetos, fungos, gestos, danças, adornos e muito mais. O avesso do narrar-bordar, assim, faz-se avesso de mundo que nos permite romper as narrativas metafísicas ocidentais com suas pretensas separabilidades, sequenciabilidades e determinabilidades (Ferreira da Silva, 2019) que querem segmentar categorias, tipos e hierarquias, desfazendo-as em um rizoma-narrativo como paradoxal imagem narrativa de um pensamento sem imagem fixa (Deleuze, 1988), a formar diferentes

ecossistemas em seus jogos composicionais de afetações virtuais e atuais.

O exercício ético especulativo-ficcional de transgredir as linhas-tramas instituídas, ampliando virtualidades para além do possível, aliás, se torna aqui ponto de confluência entre os (des)fiarés de Bispo, Rosana Paulino e demais coletivos de bordadeiras citados, assim como, também, opera o encontro entre a figuração (Haraway, 2013), a fabulação crítica (Hartman, 2021; 2022), a Poética Negra Feminista (Ferreira da Silva, 2019), a ética ficcional (Coletivo Políticas do Narrar, 2022), a leitura reparadora anti-paranóide (Sedgwick, 2020), a ética da experimentação do CsO (Deleuze; Guattari, 1996), entre outras milhares de práticas que também tomam o mundo como narrativa a ser ampliada em suas possibilidades para além do que é tomado como dado ao ser naturalizado em nossos modos de existir. Esta trama-rizoma de tantos pontos que transpassam linhas múltiplas, capazes de criar uma quantidade infinita de ecossistemas narrativos em constante devir, nos possibilita imaginar possíveis pistas para um exercício ético-especulativo na

produção e relação com políticas narrativas nas pesquisas acadêmicas, abrindo caminhos para outras tramas em composição. A ética ficcional do “e se”, “se, então”, “talvez”, “possivelmente”, do “absurdo”, do “delírio” (Costa, 2014), não apenas como modo de erigir perspectivas frágeis que cultivam suas opacidades (Glissant, 2021), mas também como território de experimentação e tensionamento dos limites do possível. Como podemos, diante de tal proposta, constituir pistas éticas, estéticas, epistêmicas e políticas para nos auxiliar na composição dos referidos trabalhos? Evidentemente, não se trata de planificar um manual, em um plano de coordenadas preciso, pelo qual poderíamos assumir posições e práticas seguras na composição dos narrares. São apenas exercícios éticos que fomentam uma prática crítica sobre nossa própria produção, disparadores de problematização, questões que jamais podemos cessar de nos fazer.

Pistas para um exercício ético-especulativo do narrar nas pesquisas acadêmicas

Grande parte da comunidade acadêmica ainda crê que quem realiza

pesquisas deve assumir uma posição de neutralidade perante sua investigação, para que assim ela seja objetiva e, portanto, confiável, digna de crédito. Mas o que seria a pressuposta neutralidade desde uma perspectiva do gesto narrativo? Seria a pretensão de construção de uma centralidade murada que paradoxalmente apaga a visibilidade de quem narra ao mesmo tempo que o torna narcisicamente onipresente em tudo que é por ele narrado. Uma posição um tanto prejudicial às epistemologias e metodologias científicas, uma vez que estas ficam reduzidas a um olhar supostamente universal por meio de uma negação de sua localização e parcialidade. Essa aparente contradição – ser universal e reduzido – pode ser compreendida à medida em que agregamos um olhar crítico para o que, durante tanto tempo – tempo demais – foi lido como universal sem qualquer problematização. O apagamento universalizante desta posicionalidade narrativa, negando sua provincianidade imanente para pressupor uma pretensa centralidade onipresente (Glissant, 2021), naturalizou as linhas e relevos deste lugar singular como se fossem normas

universais prescritas pela natureza: antropocentrismo, eurocentralidade, burguesia, branquitude, patriarcado, corponormatividade, cisheteronormatividade se fizeram condições de possibilidade transcendentalizadas para a construção de qualquer personagem e enredo em nossas vidas.

A academia, enquanto lugar socialmente reconhecido como centro da produção de conhecimento, é veementemente atravessada pelos pilares da modernidade-colonialidade (Restrepo; Rojas, 2010), a saber: branco, masculino, cishétero e burguês. Essas são as marcas daquilo que foi cunhado de universal justamente pelas pessoas que habitam tais lugares. Ou seja, aqueles que estavam “fazendo a ciência” eram os que habitavam a norma, e portanto, acreditavam que não precisavam nomear a si próprios. Como bem aponta Jota Mombaça (2017), não ser nomeada nem questionada é o privilégio da norma. Ver-se como espelho do mundo é sua característica, de forma que seu universo torna-se o universal. Deste modo, a universalização da ciência moderno-colonial é uma política narrativa que

apaga não apenas as existências e saberes não-eurocentrados (pelo genocídio, epistemicídio e alterocídio necropolíticos), como, também, busca naturalizar seu modo de narrar como único legítimo, apagando suas próprias posicionalidades, interesses, vieses e tudo mais que lhe outorga singularidade ao tomar sua posicionalidade-perspectiva como ponto de referência normatizador para qualquer juízo, que passa a ser compreendido como transcendente (Platão, 2017; Descartes, 1999) ou transcendental (Kant, 1984) em sua universalização de um modo de compreensão como sendo “o” entendimento. Tal apagamento-universalização nos impede, por exemplo, de colocarmos com nitidez a complexa realidade do pesquisar em suas múltiplas limitações e parcialidades, algo fundamental para incrementar nossa capacidade de análise da realidade e do conhecimento produzido: poder percorrer as tramas narrativas das posicionalidades desde as quais enunciamos práticas-mundo nos permite complexificar nossas relações com tal mundo e com nossas práticas. Tais “limitações” de delimitar com alguma nitidez as posicionalidades

afirmadas nos narrares, nos permitem, de fato, ampliar a complexidade de nossas análises sobre a realidade e seu campo de possibilidades relacionais-narrativos. Assim, talvez contra-intuitivamente, fazer ver tais assunções dos processos incluídos em nossa produção de conhecimento-mundo irá incrementar a objetividade deste processo ao fazer ver sua complexa parcialidade.

Contra essa lógica moderna colonial da universalização pretensamente neutra, portanto, buscamos localizar os saberes, como pontua Haraway (1995), nomeando o lugar desde onde estamos situadas. Uma vez que afirmamos não haver neutralidade possível em nosso fazer acadêmico, assumimos um posicionamento ético em nossas pesquisas e nos comprometemos a marcar o lugar desde o qual nos situamos. Com Haraway, acreditamos ser com essa visão parcial - e não universal - que é possível alcançarmos uma visão objetiva do que pretendemos transmitir: a única objetividade possível não é a universalidade, mas sim a nítida e complexa localização das limitações inerentes a qualquer produção. A ideia de que "uma ótica é uma política de

posicionamentos" (Haraway, 1995, p.27) deflagra que a maneira como compreendemos determinado fenômeno não pode ser apartada da epistemologia (que sempre carrega uma ética e uma política) com a qual pactuamos, mesmo que de maneira indireta. O que significa que o lugar de onde vemos (somos afetadas e afetamos o mundo), junto da forma pela qual escolhemos nomear tais afetações, diz sobre uma determinada compreensão de produção de conhecimento. Assim, assumir um olhar parcial em nossas pesquisas é poder localizar desde onde vemos, reconhecendo não haver como fazer em nome de todos. A ciência pretensamente neutra e universal precisou excluir uma imensa gama de sujeitos para fazer caber sua verdade para aqueles que se entendem enquanto a norma (Grosfoguel, 2016).

Tal posicionamento ético converge com o que propõe o paradigma da inflexão decolonial, uma vez que ali se busca questionar os critérios epistêmicos de produção de conhecimento acadêmico, reconhecendo que estes estão embasados no eurocentrismo e na modernidade. Fazendo coro a Haraway

(1995) e Mombaça (2017), a crítica consiste em reconhecer "que todo conhecimento é um conhecimento situado histórica, corporal e geopoliticamente" (Restrepo; Rojas, 2010, p. 189). Deste modo, temos aqui nossa primeira pista para um exercício ético-especulativo do narrar-mundo: tramar posicionalidades evidenciando as territorialidades desde as quais enunciamos nossos narrares-existências.

Tal pista inicial (posicionar-se) nos leva logo à segunda: evitar que tal posicionalidade assuma a geometria das centralidades ou a homogeneidade das purezas (Mbembe, 2017) filiativas (Glissant, 2021) que pretendem inaugurar linhagens em hierarquias com privilégios baseados em posições de conforto e segurança. Evitar a produção de novas centralidades, mas sim assumir a provincianidade periférica de toda e qualquer produção existencial (Glissant, 2021). Evitar as narrativas filiativas (Glissant, 2021) que buscam produzir pontos zero de origens ou homogeneizar processos em busca de purezas, estabelecendo linhagens consideradas superiores diante das demais dinâmicas narcísico-ressentidas de exclusão (Glissant,

2021; Mbembe, 2017). Deste modo, tais posicionalidades são sempre porosas, rizomáticas e em devir, assumindo um caráter extensivo (Glissant, 2021) de (des)fazimento (in)constante em ontologias fronteiriças (Anzaldúa, 1987; Cusicanqui, 2021), complexas e errantes, sem por isso perderem sua consistência própria de agenciamento coletivo e heterogêneo de enunciações.

Delimitado tal exercício de posicionalidade desde uma ética ficcional-especulativa, podemos passar para a terceira pista: a produção de (rel)ação deste narrar busca constantemente complexificar e singularizar sua trama-mundo. Incrementar a complexidade e singularidade de nossas relações com o mundo é um modo de ampliar a realidade do mesmo (tal como vimos antes com a questão da posicionalidade), deste modo, especular outras possibilidades relacionais é um modo de vascularizar possíveis e tornar mais reais nossos narrares (Saer, 2004). A ciência moderno-colonial, em contraposição, busca homogeneização, previsão-controle e objetificação. Seus resultados buscam verdades

universais, absolutas, incontestáveis. Esses discursos buscam ser instrumentos de dominação, previsão e controle. Ignoram a diferença, a experimentação e os campos de afetação que continuam a se produzir após a tentativa de capturar fenômenos em narrativas frias e rígidas que se sobrecodificam e reterritorializam em fronteiras amedrontadas (Costa, 2020). Uma ciência que deseja controlar e objetificar violentamente, transformando-o em um objeto manipulável, simplificado, esquemático, passível de ser desmontado e remontado segundo nossa vontade de domínio (Mbembe, 2017).

Queremos nos mobilizar com a escrita. Estamos interessadas em falar sobre os seus rastros, suas descontinuidades, os fragmentos que os fazem singulares. Queremos contagiar a nossa escrita com a nossa dúvida, com as nossas indagações sem nome. Queremos escrever sobre a trama infindável de possibilidades de um acontecimento (Costa, 2014). A ficção chega até nós para nos ajudar a expressar essas camadas de realidades possíveis em uma antropologia especulativa (Saer, 2004)

que nos permite imaginar outros mundos nos quais o modo colonial de contar histórias não seja a única via, onde as lógicas da modernidade e do capitalismo podem ser levadas ao absurdo, onde podemos denunciar os distanciamentos que não se sustentam, binários e excludentes de determinadas narrativas. Podemos ultrapassar esse ecossistema discursivo operando uma contranarrativa, desnaturalizando a forma como são produzidas verdades sobre o nosso mundo.

Bastaria, então, invertermos os atores de um modelo de narrativa heroica para construir uma contranarrativa? Bastaria, talvez, a ênfase em histórias de excepcionalidade para contranarrar o que se marca sobre um grupo não normativo e universal? O que temos discutido aqui nos garante que não é suficiente uma inversão entre quem ocupa o lugar de herói ou vítima, tampouco o apego a histórias de exceção que muito pouco se articulam à experiência do coletivo. Para que uma ética ficcional-especulativa nos afete em um lugar de inteligibilização-sensibilização contrário aos ecossistemas narrativos normativos, é preciso que ela tenha vascularização

com a realidade. A proposta é exercitar movimentos que densifiquem existências costumeiramente fixadas ou nessa figura normativa-universal ou no lugar do não-ser que fundamenta a construção do ser (Carneiro, 2005). Para Chinua Achebe (2021), uma ficção benéfica se reconhece como tal; já uma ficção maléfica nunca chega a saber que é ficção. Enquanto os métodos científicos dessa comunidade acadêmica que aposta em uma pretensa neutralidade na produção de conhecimento não são percebidos como uma construção ficcional, a ética ficcional-especulativa dá espaço para tramarmos camadas de possibilidade de relações sem buscar esconder que trabalha a partir da ficção e de seus limites.

Com isso, adentramos em nossa quarta pista: cultivar opacidades (Glissant, 2021) e fragilidades (Sedgwick, 2020) de modo a manter nítido o caráter condicional e contingente de todo narrar (Achebe, 2021). Escrevemos sobre a complexidade, incrementando novas tramas de afetos com que vamos entrando em contato com o campo de pesquisa, criando uma abertura para novos intelectíveis e sensíveis, de

repetição e não de equivalência-generalidade dos nossos processos de contágio (Deleuze, 1988). Assim, na composição destes narrares desde uma ética especulativo-ficcional, desejamos promover *breakdowns* (Maturana; Varela, 2001), colapsos, para demonstrar que os princípios de qualquer narrar estão sempre abertos à incerteza, opacidade e fragilidade como potências de virtualização, como fontes da abertura de possíveis.

Nossa quinta pista parte deste cultivo da opacidade-fragilidade como modo de sustentar aberturas para afirmar uma direção ético-estético-política de tensionar os limites do possível, transgredindo-os ao máximo por meio da experimentação de territorialidades existenciais inimagináveis. A metodologia tradicional tenta afastar o corpo das pessoas pesquisadoras da intervenção transformadora na sua produção científica (conhecer para, depois, transformar), mas uma ética especulativo-ficcional assume o desafio de transformar para (des)conhecer. De acordo com Fonseca e Costa (2013), a composição de narrativas ficcionais nos permite largar mão do compromisso com a delimitação de evidências fixas

para evidenciar sensibilidades, percepções e afetos que são mobilizados durante a pesquisa nos coletivos envolvidos em diferentes posições. Tensionando as fronteiras entre a ciência, a arte e a filosofia, entre o objetivo e o subjetivo, entre a verdade e o falso para inventar coletivamente mundos impossíveis. As estratégias abduativas (Peirce, 1974) e delirantes do conhecer multiplicam os “e se” à intensidade do colapso do naturalizado.

A sexta pista para um exercício ético especulativo-ficcional do narrar-mundos é a necessidade de escapar da redução de nossa luta contra a colonialidade ser enquadrada em uma estilística do heroísmo (LeGuin, 2021). Ursula LeGuin nos alerta para o fato de que as dinâmicas patriarcais e da colonialidade se embasam em uma estilística das “histórias matadoras” pelas quais se erigem heróis, mártires, salvadores, os quais individualmente atuam em um patamar de excepcionalidade de modo a constituírem-se como protagonistas em um enredo em contraposição aos antagonistas. O engajamento afetivo de tais histórias e sua consonância às políticas de inimizade da colonialidade (Mbembe, 2017) e às políticas

belicosas da competição empreendedora do capital, fazem com que facilmente elas tomem conta de nossos ecossistemas narrativos como esquadro de inteligibilização-sensibilização do mundo. Estas políticas narrativas heroicas estabelecem, por exemplo, mitos de origens violentos que estabelecem linhagens filiativas (Glissant, 2021) excludentes marcadas por um ato original de “martírio” ou outros processos de libidinização de acontecimentos violentos, tais como a invasão dos continentes hoje conhecidos como América e África na sua colonização-escravização por europeus. Em contraposição a tal política do narrar, Ursula LeGuin nos desafia a experimentarmos não o narrar dos heróis-caçadores, mas sim dos coletores-cultivadores: um narrar que não estabelece linhagens e linearidades, que não se baseia em binarismos entre protagonistas e antagonistas, mas que busca a repetição dos ciclos coletivos que afirmam diferenças no mundo. Em uma política do narrar do cultivo e da coleta, viramos todos batatas ao adentrarmos o cesto, em um processo de horizontalização, interdependência e

cuidado como ética para nossos processos de experimentação.

Mudar a forma como constituímos nossas narrativas de pesquisa passa invariavelmente por nos ressituar na narrativa que fazemos de nós mesmos. Gesto esse que requer um olhar descolonizado, extensivo e não filiativo, menos heroico e universal e mais parcial. Como aliada nesse horizonte narrativo que escapa à lógica representacional, a ficção contribui de forma a cultivar as opacidades-fragilidades e marcar uma trama singular, aberta, incerta, de múltiplos caminhos. Com isso, propomos um exercício narrativo ético-especulativo que busca ampliar nossos horizontes nas pesquisas acadêmicas, nomeando práticas que coletivizam os modos de ser-estar-fazer no mundo e fazem frente às narrativas colonizadoras e normativas.

Referências

ACHEBE, Chinua. *A verdade da ficção*. São Paulo: Sobinfluência edições, 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES; PEREIRA. Os deslocamentos de sentido na série bastidores de Rosana Paulino. *Anais do II Colóquio de Fotografia da Bahia*, vol.1, nº1, 2018. Disponível em: <https://coloquiodefotografia.ufba.br/wp-content/uploads/2019/12/III-Coloquio-de-Fotografia-da-Bahia-Bruno-e-Luciana.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BUENO, Winnie. *Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CAPPRA, Tania Regina. *Tecendo memórias: narrativas de lembranças suportadas em costuras e bordados*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARDOZO, Júlia Meinhardt. *Entre linhas, papéis e palavras: encontros no GerAção POA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. *Revista Sociologias Plurais*, v. 8, n. 1, p. 11-44, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/84497/45732>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COLETIVO POLÍTICAS DO NARRAR. As potências da ficção: uma clínico-política social dos afetos a tramar cestos. *Revista Garrafa*, vol.20, nº57, p.184-203, Rio de Janeiro, UFRJ, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/55773>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COSTA, Luis Artur. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. esp., p. 551-576, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000500551&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 mar. 2025.

COSTA, Luis Artur. Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Paralelo 31*, v. 2, n. 15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/paralelo/article/view/21006>. Acesso em: 26 mar. 2025.

COSTA, Luis Artur. Imersos no marulho de mundo: experimentando horizontes coletivos como ecossistemas narrativos. In: SILVA, Rodrigo Lages e; MIRANDA, Aline Britto (org.). *Horizontes coletivos: experiência urbana e construção do comum*. Curitiba: Editora CRV, 2022.

CUSICANQUI, Silvia Riviera. *Ch'ixinakak utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

DAVID, Emiliano Camargo. *Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnordeado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicomial*. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

DAVID, Emiliano de Camargo. *Saúde mental e relações raciais:*

desnorreamento, aquilombação e antimanicolonialidade. São Paulo: Perspectiva, 2024.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. *En Medio de Spinoza*. Buenos Aires: Cactus, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs vol.3*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?*. 3ª ed. Trad.: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 2013.

DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

ESPINOSA, Baruch de. *Obras selecionadas*. São Paulo: Abril cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

FERDINAND, Malcon. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo*

caribenho. São Paulo: UBU Editora, 2022.

FERREIRA DA SILVA, Denise. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

GOMES, Bárbara dos Santos. *Encontros antimanicoloniais nas trilhas desformativas*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência em Saúde Mental Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo

século XVI. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, apr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2025.

GRYSCHKE, Christine; NEUBARTH, Bárbara Elisabeth. A arte do bordado dentro da perspectiva da clínica de afetos. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 12, n. 33, p. 41–54, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69190>. Acesso em: 24 fev. 2025.

HARAWAY, Donna. saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 26 mar. 2025.

HARAWAY, Donna. SF: Science Fiction, Speculative Fabulation, String Figures, So Far. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, No.3, 2013. Disponível em: [https://scholarsbank.uoregon.edu/server/api/core/bitstreams/e419ecd4-1e69-](https://scholarsbank.uoregon.edu/server/api/core/bitstreams/e419ecd4-1e69-4d35-a8aa-00ad55244761/content)

4d35-a8aa-00ad55244761/content. Acesso em: 26 mar. 2025.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021, p. 105-129.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes e belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, 1984.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LE GUIN, Ursula K. *A teoria da bolsa de ficção*. São Paulo: N-1, 2021.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001

MARTINS, Leda Maria. Evento-corpo e evento-palavra. In: MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! In: PEDROSA, Adriano, CARNEIRO, Amanda, MESQUITA, André (org.). *Histórias da sexualidade*: antologia. São Paulo: MASP, 2017, p. 301-310.

NASCIMENTO, Abdias. O *Quilombismo*. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ OR Editor, 2002.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu, 2022.

NASCIMENTO, Zaeth Aguiar do; LIMA NETO, Avelino Aldo de; NÓBREGA, Terezinha Petrúcia da. Corpo, arte e loucura em Arthur Bispo do Rosário. *Psicologia USP*, v. 33, p. 01-10, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/MrRScnwgPnnwnyhnFgKjXYK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NICOLAV, Vanessa. *Arpilleras*: conheça a experiência de raiz chilena que tece a resistência de mulheres no Brasil. *Brasil de Fato*, 05 de novembro de 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/arpilleras-conheca-a-experiencia-de-raiz-chilena-que-tece-a-resistencia-de-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PAULINO, Rosana. Textos de minha autoria. *Rosana Paulino*, 2009. Disponível em: <https://rosanapaulino.blogspot.com/2009/07/textos-de-minha-autoria.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PEREIRA, Elaine Jansen. O bordado manual na arte-educação para pessoas surdas. *Revista de Ensino em Artes, Moda e Design*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 01–22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/24775>. Acesso em: 24 fev. 2025.

PEREIRA, Kelcy Mary Ferreira. *Bordazul - bordado e cuidado*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

PIERCE, Charles S. *Escritos coligidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).